

# ONTOLOGIA DO ESPAÇO E MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO CRÍTICA DA GEOGRAFIA: O DESAFIO DA DIFERENÇA ONTOLÓGICA

*Luis Carlos Tosta dos Reis*

*Doutor em Geografia pela UFRJ*

*Professor no Departamento de Geografia da UFES*

## Introdução

O objetivo do presente texto consiste em problematizar a reflexão ontológica sobre o espaço no bojo do movimento de renovação crítica que a geografia conheceu, notadamente, a partir da década de 1970.

Diante da amplitude do tema, que integra de modo inequívoco a esfera da determinação teórica do objeto da geografia cabe, antes de tudo, delimitar o escopo da abordagem que se propõe desenvolver. Nesse sentido o texto destaca dois atributos considerados fundamentais, quais sejam: (i) a determinação social do ser do espaço como perfil predominante da ontologia do espaço na renovação crítica da geografia; (ii) a negligência - por parte dos teóricos da geografia que abordaram o tema - para com o sentido da diferença ontológica enquanto atributo fundamental a toda investigação ontológica.

Uma observação prévia deve, desde já, ser trazida à tona. Questionar, no presente texto, a determinação social do ser do espaço vigente de modo privilegiado na ontologia em geografia, não significa assumir, de antemão, uma negação refratária à legitimidade e rigor próprios deste viés. Tampouco visa depreciar os avanços substantivos – certamente os mais relevantes – para o avanço da ontologia na teoria geográfica que derivam desta perspectiva. A rigor a reflexão que se propõe desenvolver no que segue somente é possível desde o horizonte de determinação social do ser do espaço geográfico e, nesse sentido, é tributária das contribuições seminais que o conquistaram.

## I – ONTOLOGIA DO ESPAÇO E MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO CRÍTICA DA GEOGRAFIA: SOBRE A DETERMINAÇÃO SOCIAL DO SER DO ESPAÇO.

Em recente contribuição dedicada à ontologia na geografia MARTINS (2007, p. 34), destaca os autores considerados os principais protagonistas da “escassa literatura brasileira dedicada direta ou explicitamente ao tema”: Armando Corrêa da Silva, a quem é atribuído pioneirismo em relação ao tema; Milton Santos; Antônio Carlos Robert Moraes; e Ruy Moreira. A indicação destes autores por Martins sinaliza, como será evidenciado no que segue, um aspecto relevante sobre o tema na geografia: a relação entre o movimento de renovação crítica do pensamento geográfico e a instauração de um projeto ontológico de determinação social do ser do espaço, sob inspiração dominante - ainda que heterodoxa - no horizonte filosófico marxiano e seu *modus operandi* em relação à ontologia.

O vínculo entre a abordagem explícita da ontologia do espaço na geografia e o movimento de renovação crítico/radical é marcante numa obra que foi considerada, por toda uma geração, como verdadeiro símbolo da transição entre os paradigmas teórico-quantitativo e a renovação crítico-radical. Trata-se da *Justiça Social e a Cidade*, de David HARVEY (1980[1973]), que, no início da década de 1970, chamava à atenção dos geógrafos sobre a necessidade de se pensar acerca da natureza do espaço, nos seguintes termos:

*Ontologia do espaço e movimento de renovação crítica da geografia: O desafio da diferença ontológica*

*“O argumento é ontológico, procurando resolver a questão: o que é o espaço? (...). O problema da correta conceituação do espaço é resolvido através da prática humana em relação a ele. Em outras palavras, não há respostas filosóficas para as questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço – as respostas estão na prática humana. A questão “o que é o espaço?” é, além disso, substituída pela questão “o que é isso que as diferentes práticas humanas criam, fazendo uso de distintas conceituações de espaço? [...] A compreensão [...] do tema forma-espaço-processo social requer entender como a atividade humana cria a necessidade de conceitos espaciais específicos, e como a prática social e cotidiana resolve, com aparente tranqüilidade e perfeição, os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as formas espaciais” (HARVEY, 1980 [1973], p. 5 grifo nosso). (...)*

*“Uma ontologia é uma teoria do que existe. Dizer, por isso, que alguma coisa tem status ontológico é dizer que existe. Marx desenvolve em seu trabalho certas suposições fundamentais a respeito do modo pelo qual a realidade está estruturada e organizada. Ollman o diz deste modo: ‘os pilares gêmeos da ontologia de Marx são sua concepção da realidade como uma totalidade de partes internamente relacionadas e sua concepção dessas partes como relações abertas, de tal modo que cada uma em sua plenitude pode representar a totalidade’ (OLLMAN, 1972 apud HARVEY, 1980[1973], p. 248 - 249).*

O questionamento ontológico acerca do espaço é, assim, formalmente explicitado por David Harvey, revelando, desde então, a nítida influência do pensamento marxiano no que diz respeito à esfera ontológica da teoria da geografia. Não obstante, o que cabe trazer à tona é, sobretudo, o elemento substantivo,

que se considera fundamental para evidenciar o modo com o qual o pensamento de Marx irá imprimir, de forma indelével, sua marca na ontologia do espaço na geografia. Trata-se da assimilação da “dimensão social” como o conteúdo quidditativo que determina tanto o Ser enquanto tal, como, por extensão, a determinação do ser do espaço. De fato, em geral, as contribuições que abordam tematicamente a ontologia do espaço a partir do movimento de renovação crítica da geografia estabelecem a equivalência ontológica entre espaço e sociedade, através da qual esta, a sociedade, é assumida como noção equivalente ao próprio Ser. Esse enquadramento permite reconhecer o perfil dominante da reflexão ontológica na geografia crítica como encerrando, fundamentalmente, uma “onto-socio-logia” do espaço de inspiração marxista.

Não se trata, aqui, de cometer a reprodução de uma idéia generalizada e reducionista, criticada com propriedade por MOREIRA (2000; 2007, p. 37), segundo a qual o marxismo encerraria a fundamentação filosófica exclusiva do movimento de renovação crítica da geografia. Contudo o que está em foco na presente reflexão não é a heterotopia epistemológica que caracterizou este momento de renovação do pensamento geográfico, nem mesmo o fundamento ontológico implícito de contribuições inspiradas noutras matrizes, como, por exemplo, a fenomenologia, o existencialismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, ou, ainda, a diversidade heterodoxa no seio do próprio marxismo. O que está em foco, aqui, é o modo com o qual se efetivou explicitamente a abordagem temática da ontologia do espaço na geografia. É sob esse sentido estrito, o único aqui considerado, que se propõe reconhecer a vigência de uma efetiva onto-socio-logia do espaço de inspiração predominantemente “marxista” ou “marxiana”, nos termos que serão apresentados no que segue – a despeito, mesmo, da pluralidade epistemológica dos autores e obras que problematizaram o ser do espaço geográfico.

Nesse sentido pode-se recorrer ao pensamento de Milton Santos, cuja contribuição ao tema pode ser considerada, nos seus traços gerais,

representativa da abordagem levada a termo por vários teóricos que, em igual medida, estabelecem de modo explícito a equivalência entre ser e sociedade como fio condutor da ontologia do espaço, de forma tão explícita quanto revela a citação abaixo:

*“Tudo, porém, tem início na realidade social, como escreveu Sebag (1972, p. 62): ‘A primazia do ser vem do fato de que ele jamais é acabado e essa inconclusão se resolve no tempo’. Se saímos da totalidade social é somente para tornar a ela. (...). O ser é a sociedade total, o tempo são os processos, e as funções, assim como as formas são a existência” (SANTOS, 1988, p. 27; grifo nosso).*

A citação acima dá o que pensar sobre o perfil da reflexão ontológica do espaço na teoria da geografia. Preliminarmente chama à atenção que Sebag, o autor citado por Milton Santos, refere-se, a rigor, estritamente ao ser em relação com o tempo, não ao ser em relação com a sociedade (ou à “realidade social”). A conexão e equivalência estabelecida entre ser e sociedade deve ser creditada exclusivamente ao geógrafo - sob o impulso da influência do horizonte de pensamento de Marx no que diz respeito à esfera ontológica da teoria. Outro ponto diz respeito ao recurso à noção de totalidade, enquanto totalidade social, como meio para conduzir o nexos entre ser e sociedade total, como se o Ser possuísse uma qualidade ôntica, ou qualquer alteridade onticamente determinável, tal como, por exemplo, o somatório dos entes que integram a sociedade concreta em suas “múltiplas determinações”, que permitisse à linguagem estabelecer uma tal comparação do Ser com outro(s) ente(s). Assim, o recurso à noção de totalidade, qualificada, então, a partir do ser social configura um meio através do qual o Ser converte-se, de súbito, na teoria geográfica, em equivalente à sociedade.<sup>1</sup>

Em outra passagem a equivalência entre ser e sociedade é diretamente estabelecida nos seguintes termos:

*“O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço (...) . A sociedade seria o ser; e o espaço seria a existência” (SANTOS, 1988, p. 27; grifo nosso).*

Esta perspectiva de elaboração da ontologia do espaço perpassa toda a contribuição teórica de Milton Santos, como atesta sua vigência na última grande obra de teoria geral em geografia do autor, a saber, *A Natureza do Espaço*, na qual, mesmo sob pujante pluralidade epistemológica, o geógrafo recorre a Sartre para determinar o Ser, enquanto tal, a partir da sociedade, nos seguintes termos: “Se o ser é a existência em potencia, segundo Sartre, e a existência é o ser em ato, a sociedade seria assim o Ser e o espaço a Existência” (SANTOS, 1996, p. 96).

A citação acima pode ser assumida como síntese da perspectiva usual que a ontologia do espaço tem sido, via de regra, problematizada na geografia, encerrando, nestes termos, o que se propôs designar sob o rótulo de “onto-socio-logia” do espaço geográfico. Trata-se da descoberta ontológica seminal da corrente crítico-radical na geografia, qual seja, descobre-se que “a sociedade é o seu espaço geográfico e o espaço geográfico é a sua sociedade” (MOREIRA, 2007, p. 27). Essa perspectiva é, em essência, compartilhada por teóricos da geografia que, de forma explícita, problematizaram a ontologia do espaço na geografia, dentre outros, SOJA (1993[1988])<sup>2</sup>; MORAES (1982); SILVA (1982; 1983); MOREIRA (2002; 2004; 2007)<sup>3</sup>.

Seria oportuno questionar se, dentre as consequências da predominância da determinação social do Ser - típica da influência do pensamento de Marx - não deve ser creditada a pálida preocupação na geografia em relação à especificidade e método próprios da investigação ontológica, pois, a rigor, o que em geral prevalece na reflexão ontológica na geografia é, como foi sucintamente indicado, a assimilação de princípios ontológicos (Ser  $\approx$  Sociedade; Sociedade  $\approx$  ser do espaço), eles próprios

*1 No fundo, essa perspectiva de reflexão ontológica reproduz o “princípio ontológico” elementar do marxismo, ou, a rigor, o tipo de tratamento ontológico básico ao pensamento de Marx, que será formalmente indicado no que segue, qual seja, o “real”, enquanto pronome do “Ser” enquanto tal é “um” ser social, isto é, a ontologia marxiana é, em última instância, uma ontologia do ser social (LOPARIC, 1990, p. 100; p. 103; p. 152; LUKÁCS, 1979a). Se a indicação formal da abordagem marxista (ou marxiana) típica da temática ontológica pode ser enunciada de maneira tão simples e direta, o mesmo não ocorre com suas consequências para a elaboração e determinação ontológica dos objetos no seio de ciências específicas, como no caso da ontologia do espaço na geografia.*

*2 “Assim como o espaço, o tempo e a matéria delineiam e abrangem as qualidades essenciais do mundo físico, a espacialidade, a temporalidade e o ser social podem ser vistos como as dimensões abstratas que, em conjunto, abarcam as facetas da existência humana. Mais concretamente especificadas, cada uma dessas dimensões existenciais abstratas ganha vida como um constructo social que molda a realidade empírica e é simultaneamente moldado por ela. Assim a ordem espacial da existência humana provém da produção (social) do espaço, da construção de geografias humanas que refletem e configuram o ser no mundo. (...). O modo como esse nexos ontológico de espaço-tempo-ser é conceitualmente especificado e recebe um sentido particular na explicação dos eventos e ocorrências concretos é a fonte geradora de todas as teorias sociais, sejam elas críticas ou outras.” (SOJA, 1993, p. 35).*

*3 No caso das contribuições de MORAES (1982) e SILVA (1982; 1983) é marcante a influência da inspiração da ontologia do ser social conforme problematizada por LUKÁCS, através da problemática do metabolismo homem-meio/homem-espaço(...)*

**Ontologia do espaço e movimento de renovação crítica da geografia: O desafio da diferença ontológica**

(...) Esta perspectiva fundamenta, em parte, a reflexão ontológica de alguns textos de Ruy Moreira sobre o tema: “A geográficidade é o modo de expressão dessa essência metabólica – a hominização do homem pelo homem através do trabalho – em formas espaciais concretas de existência, algo que difere nos diferentes recortes de território da superfície terrestre. É o ser em sua totalidade geográfica concreta. ( MOREIRA, 2004b, p. 34).

4 O seu alvo principal [da crítica marxiana] será a tese comum a toda filosofia tradicional, de que as representações, seja as dos sentidos seja as da razão são o acesso primário ao ente e ao ser do ente. No lugar da filosofia da representação, Marx oferece uma teoria materialista de acesso ao ente e da sociedade, baseada no tratamento dialético do processo de trabalho”. (...) “Por trabalho, Marx (com Engels) entende, a ‘atividade sensível concreta’ da ‘força de trabalho’ (esse é o seu conceito ontológico básico), que produz (e esse é o ‘primeiro ato histórico’ dos homens) meios para a satisfação de necessidades ‘fixas’ da vida material, em primeiro lugar, a da fome, ou, como Marx gosta de dizer, do estômago” (LOPARIC, 1990, p. 97 – 98). (...) Em Marx o “verdadeiro fundamento, o ser do ente, como diria Heidegger, é o trabalho vivo”. (LOPARIC, 1990, p. 100). (...) É bem sabido que o marxismo nunca conseguiu produzir uma teoria satisfatória do conhecimento. A maior dificuldade para tanto reside justamente na concepção pragmatista que Marx faz da generalidade dos conceitos”.

(...) a ‘atividade filosófica’ não ocupa, em Marx, nenhum lugar essencial. Para ele, a filosofia deve ser superada realizando-se, na prática, a identidade entre o pensar e o ser. Isso se fará por um só caminho para o qual não há alternativas: via dissolução revolucionária de todas as classes particulares pelo proletariado, classe universal (LOPARIC, 1990, p. 104 -105)

não submetidos a exame. Há, ressalta-se, uma distinção fundamental que precisa ser dimensionada. Entre, por um lado, a filiação a determinado viés de fundamentação ontológica e, por outro lado, uma efetiva investigação ontológica, que leve em consideração os métodos e premissas próprios à ontologia, há – é preciso enfatizar – uma diferença abissal. O viés que, assim, acabou por predominar no impulso inicial da reflexão sobre a ontologia do espaço, à reboque da instauração do movimento de renovação crítico-radical da geografia, bem como seus desdobramentos subseqüentes mais recentes, acaba por reproduzir o tipo de tratamento dispensado à reflexão ontológica no seio originário do pensamento do próprio Marx:

“Quem tenta resumir teoricamente a ontologia marxiana, encontra-se diante de uma situação paradoxal. Por um lado, qualquer leitor sereno de Marx não pode deixar de notar que todos os seus enunciados concretos, se interpretados corretamente (isto é, fora dos preconceitos da moda), são entendidos – em última instância – como enunciados diretos sobre um certo tipo de ser, ou seja, são afirmações ontológicas. Por outro lado, não há nele nenhum tratamento autônomo de problemas ontológicos; ele jamais se preocupa em determinar o lugar desses problemas no pensamento, em defini-los com relação à gnoseologia, à lógica, etc., de modo sistemático ou sistematizante” (LUKÁCS, 1979, p. 11).

De modo semelhante, Loparic fez observar que, não obstante se reconheça Marx como pensador de primeira linha, que legou contribuições decisivas que combinam a análise histórica e conceitual de maneira genial, sua rejeição à representação abstrata, como elemento próprio da filosofia tradicional, trouxe, também, repercussões quanto à assimilação de determinadas esferas de seu pensamento, dentre elas, a esfera ontológica<sup>4</sup>. É a partir deste quadro que, sugere-se, irão emergir lacunas no modo de elaboração da ontologia nos campos da pesquisa científica em que predomina a in-

fluência do pensamento marxiano, como é o caso, em geral, do contexto teórico em que se desenvolve a origem da problematização da ontologia do espaço na geografia. Dentre essas lacunas destaca-se, como será abordado no que segue, a dificuldade de assimilar e levar às últimas conseqüências o significado da diferença ontológica na ontologia do espaço em geografia.

## II – ONTOLOGIA DO ESPAÇO E O DE-SAFIO DA DIFERENÇA ONTOLÓGICA NA GEOGRAFIA.

O que é isto – a diferença ontológica? O propósito deste tópico é esclarecer tanto o sentido desta questão quanto a simplicidade de sua resposta, qual seja: é a diferença irreduzível, intransponível, entre Ser e ente. A assimilação desta diferença representa, sugere-se, um passo fundamental à radicalização dos princípios que, em geral, norteiam a ontologia do espaço na teoria geral da geografia.

Antes, contudo, de expor a importância – incontornável - da diferença ontológica para o “método” na pesquisa em ontologia é preciso fazer uma consideração prévia. Trata-se, aqui, de indicar a relação inextrincável entre a “proposição” da diferença ontológica e o pensamento de Martin Heidegger. A este respeito cabe citar a passagem de uma contribuição recente que ressalta a importância da diferença ontológica como o legado fundamental do pensador:

“A conquista do pensamento da diferença ontológica será, para sempre, o legado de Martin Heidegger. Podemos esquecer ou propositalmente enterrar o resto de sua obra, mas já não será possível esquecer que Ser e ente são diferentes, dramaticamente diferentes, ontologicamente diferentes. De qualquer sorte, não somos os primeiros, nem os únicos, em fazer este reconhecimento, o próprio Deleuze assim o faz notar em uma nota antológica de DR [Diferença e Repetição]” (CRAIA, 2003, p. 80; grifo nosso).

O desafio da diferença ontológica constitui, a rigor, o desafio que o pensamento de Heidegger representa a toda teoria científica moderna, que aspire restituir o sentido da fundamentação do ser do ente que constitui o setor de objetividade do real ao qual dedica suas pesquisas. A diferença ontológica é, conforme indicado acima, uma coisa simples: o Ser não é o ente! Contudo, a exposição formal da idéia não se confunde, por um lado, com a experiência de pensamento da diferença ontológica e, tampouco, com repercussão desta experiência na elaboração teórica. Há, nesse ínterim, um longo caminho de pensamento. De acordo com DUBOIS (2005, p. 86), a diferença ontológica foi explicitamente nomeada por Heidegger em 1929, no texto “Da essência do fundamento”. Embora não tenha sido denominada, enquanto tal, em Ser e Tempo (1927), o “sentido”, por assim dizer, “metodológico” da diferença ontológica, vigora, perpassando, toda a obra do filósofo, sendo exposta, de forma contundente, já desde o primeiro parágrafo de sua obra magna, nos seguintes termos:

*“De fato, o “ser” não pode ser concebido como ente; enti non additur aliqua natura: o “ser” não pode ser determinado, acrescentando-lhe um ente. Não se pode derivar o ser no sentido de uma definição a partir de conceitos superiores nem explicá-lo através de conceitos inferiores. Mas será que com isso se pode concluir que o “ser” não oferece mais nenhum problema? De forma alguma. Daí pode-se apenas concluir que o “ser” não é um ente. Por isso, o modo de determinação do ente, legítimo dentro de certos limites – como a definição da lógica tradicional que tem seus fundamentos na antiga ontologia – não pode ser aplicado ao ser” (HEIDEGGER, 1999[1927], p. 29).*

Nisso resume-se a relevância da noção de diferença ontológica: reconhecer que Ser não “é” um ente, nem pode ser determinado segundo o modo de determinação que é usualmente imputado aos entes. O que dizer, a partir do ao exposto, das inúmeras formulações acerca da

ontologia do espaço na geografia, nas quais de forma tão acintosa se consuma a assimilação da sociedade – um ente, sem dúvida! – enquanto conteúdo quidditativo com o qual se efetiva a determinação do ser do espaço – um outro ente, sem dúvida! –, bem como do próprio Ser – o absolutamente outro em relação ao ente? Na geografia se dá, entretanto, um impulso de determinação ôntica ao Ser que impregna, antecipadamente, todo comportamento reflexivo (o questionamento teórico incluso) referido ao Ser, seja ele elaborado na esfera pré-científica da vida cotidiana ou na esfera da pesquisa científica. Isto se verifica em razão da natureza mesma da experiência de pensamento do Ser, pois,

*“O Ser é categorialmente diferente dos tipos de entidades com as quais interagimos na vida quotidiana, (...), questões ontológicas são questões sobre o Ser enquanto tal, não podem ser abordadas da mesma maneira que questões ônticas, questões sobre entidades particulares.*

*“... estaremos constantemente tentados a tratar o questionamento ontológico como se fosse uma questão ôntica, ou seja, como se dissessem respeito a uma entidade entre outras, e pudessem ser suficientemente explicadas reportando-a a alguma outra entidade possível, como se o Ser tivesse o caráter de um ente entre os outros entes”. (RÉE, 1999, p. 12).*

Do exposto, se observado desde uma perspectiva que contemple o sentido da diferença ontológica, a forma que o debate ontológico assumiu na geografia – via de regra exterior ao sentido da diferença ontológica – desconsidera um pressuposto de base, apontado como verdadeiro pré-requisito sem o qual toda e qualquer investigação teórica de cunho ontológico fica, de antemão, “atravessada”, qual seja, o ser dos entes, seja qual for o ente, não seja, o ser dos entes, seja qual for o ente, não “é”, não pode ser, um outro ente. A este respeito o filósofo é categórico:

*“O ser dos entes não “é” em si mesmo um outro ente. O primeiro passo*

*filosófico na compreensão do problema do ser consiste em: não determinar a proveniência do ente como um ente, reconduzindo-o a um outro ente, como se o ser tivesse o caráter de um ente possível. (HEIDEGGER, 1999, p. 32).*

Contudo, deve ser observado que o estado da arte acerca da ontologia do espaço prevalente na geografia não deve ser apreendido como uma limitação (ou deficiência) exclusiva à esfera da teoria geral dessa ciência, mas, antes, manifesta uma dificuldade inerente à problematização ontológica em geral – o que inclui, necessariamente, a problematização ontológica que se desenvolve no seio da(s) ciência(s) moderna(s). Heidegger indicou, de maneira cabal, essa lacuna ao asseverar que “sem dúvida, até hoje, em toda ontologia, o ‘Ser’ é pressuposto, mas não como conceito disponível, não como o que é procurado” (HEIDEGGER, 1999, p. 33-34).

Como foi indicado no tópico precedente, prevalece, no bojo da problematização do ser do espaço na geografia o seguinte malabarismo ontológico: a sociedade (a dimensão social) foi (e continua a ser) “colocada” ou, mais propriamente, pressuposta enquanto noção equivalente ao próprio Ser e, assim, o ser do espaço também é ontologicamente determinado a partir da sociedade (dimensão social). Ora, a sociedade é um ente e, enquanto tal, não pode ser “empregada” para determinar o Ser de outro ente tal como, no caso, o espaço, nem, tampouco, o Ser mesmo, enquanto tal. Contudo, este “malabarismo ontológico” não deve ser considerado como uma limitação ou “deficiência” de ordem metodológica pontual à geografia, pois,

*“Não se trata de um problema de competência ou procedência, mas sim de tematizar o que o cientista, orientado por sua preocupação positiva, a maior parte do tempo só entrevê: o ser de seu objeto. A auto-fundação da ciência tem necessidade de uma clarificação, de um alargamento, de uma consideração que tome o fundamento por si*

*mesmo: de uma fundação filosófica. Como concebê-la? (DUBOIS, 2005, p. 123 – 124).*

No caso da geografia, o problema a ser trabalhado não é propriamente a ausência de reflexão ontológica, mas, prioritariamente, o caráter contumaz da vertente dominante, inspirada na “*onto-socio-logia*” marxista que, por seu predomínio quase exclusivo, acaba por se auto-instituir e, dessa forma, restringe, quando não oblitera, a possibilidade de radicalizar a fundamentação ontológica estabelecida.

Note-se, entretanto, que não se está cometendo o acinte de colocar em xeque, aqui, a legitimidade da tese segundo a qual a sociedade seja constitutiva do ser do espaço geográfico e, nesse sentido, encerre uma dimensão indispensável – ainda que a mais indispensável - ao seu entendimento. Uma coisa é reconhecer o caráter constitutivo da sociedade em relação ao ser do espaço – e vice-versa; outra, contudo, radicalmente distinta, ou melhor, ontologicamente distinta, é determinar o Ser e o ser do espaço, a partir da sociedade. Tampouco a “*deliberação*” de se conceber a geografia como ciência social que, enquanto tal, lança mão de uma teoria social como método de interpretação, exige a tarefa de levar em conta a necessidade de fundamentação ontológica de acordo com os parâmetros considerados neste tópico. Conceber uma disciplina científica enquanto tributária de uma teoria social ou natural, etc..., constitui um procedimento que se efetiva em nível estritamente gnosiológico e, desse modo, permanece destituído de estatuto e legitimidade ontológicos. Só uma investigação de cunho ontológico pode fornecer uma autêntica fundamentação ontológica.

Não caberia também, aqui, a fim de salvaguardar ou legitimar a propriedade da reflexão ontológica dominante na geografia (ser  $\approx$  sociedade), aludir à diferença de escopo, ou, mais apropriadamente, de âmbitos diferenciados de pensamento - entre, por um lado, a filosofia, como ontologia “*geral*” que tematiza o “*Ser*”; e, por outro lado, a teoria geral da geografia como ontologia “*regional*” (no sentido de se-

torial), porquanto focaliza sua reflexão ontológica sobre o ser de um ente (“objeto”) particular, o espaço geográfico. A distinção acima indicada não pode amparar o perfil dominante que a ontologia assumiu na geografia porque, a rigor, a necessidade de considerar a diferença ontológica, enquanto especificidade da abordagem temática do Ser, está implicada no próprio modo de questionamento ontológico – isto é, no procedimento de investigação ontológico – seja qual for o escopo da investigação ontológica, isto é, seja referida ao Ser, enquanto tal, ou ao ser de um ente em particular.

Além disso, cabe frisar que a assimilação da diferença entre Ser e ente corresponde a uma demanda intrínseca à tarefa de fundamentação ontológica no âmbito de toda ciência moderna. Trata-se, mesmo, de uma exigência ao pensamento teórico em qualquer disciplina, seja essa exigência abafada ou não. É preciso, pois, redimensionar a importância de se desenvolver a problemática ontológica como um atributo fundamental à pesquisa científica. Essa demanda integra, a propósito, a própria constituição da ciência, como é evidenciado na passagem abaixo:

*“Toda ciência parte de conceitos fundamentais, que articulam a compreensão prévia da região óptica, sobre a qual vai incidir a sua investigação empírica. Ora, na experiência pré-científica está já presente uma compreensão dos domínios do ser e das diversas regiões, em que eles se subdividem. É desta compreensão já veiculada pela atitude pré-científica, que a investigação científica extrai os seus conceitos fundamentais (por exemplo: mundo, natureza, espaço, tempo, etc...), adaptando-os, a fim de servirem de guia para uma exploração objetiva das diversas regiões ópticas. Significa isto que os conceitos fundamentais da ciência não possuem uma evidência intrínseca, visto que foram obtidos de uma compreensão do ente dado, que ela mesma não foi objeto de elucidação. Ora, se dos conceitos primários de uma ciência depende o alcance do*

*conhecimento por ela fornecido, então a garantia do seu real progresso só pode ser obtida através da elucidação e conseqüente legitimação dos seus conceitos fundamentais. Mas isto já é tarefa da ontologia, mais propriamente das ontologias regionais, que devem proceder ao levantamento das estruturas fundamentais do ser dos entes estudados pela ciência e, com base nelas, à formação dos conceitos primários correspondentes, que determinam o sentido essencial dos respectivos domínios científicos. A investigação ontológica é como que o nível de direito, em que deve entroncar a investigação empírica”.* (BLANC, 1998, p. 19).

Com base no exposto a tarefa da ontologia do espaço na geografia, enquanto ontologia “regional” seria, formalmente, desde a assimilação do sentido da diferença ontológica proceder ao levantamento das estruturas fundamentais do ser do espaço. Esse projeto de auto-fundação que, no plano formal, poderia ser levado a cabo possui, entretanto, de acordo com o próprio caminho do pensamento de Heidegger, uma questão prévia a ser resolvida, que condiciona o rigor de todo seu desenvolvimento posterior, qual seja, a questão do sentido do Ser. Isso se dá em caráter irremediável, pois,

*“Por mais rico e estruturado que possa ser o seu sistema de categorias, toda ontologia permanece, no fundo, cega e uma distorção de seu propósito mais autêntico se, previamente, não houver esclarecido, de maneira suficiente, o sentido do ser, nem tiver compreendido esse esclarecimento como sua tarefa fundamental”* (HEIDEGGER, 1999[1927], p. 36; grifo nosso).

Assim, toda ciência que tematiza seu “objeto” na constituição de seu ser, deve ser precedida por um esclarecimento prévio acerca do sentido do Ser. A tematização do Ser do espaço na ontologia em geografia deveria, assim, como em toda ontologia regional, ser precedida por um esclarecimento prévio acer-

ca do sentido do Ser. Entrementes, a tarefa fornecer subsídios à fundamentação das ciências na constituição das ontologias regionais, visada por Heidegger em *Ser e Tempo*, foi, posteriormente, abandonada pelo próprio filósofo, a reboque do célebre “aborto” desta obra. Este abandono reflete, pontualmente, a constatação da impossibilidade de acesso lógico-categorial ao Ser e, portanto, de sua problematização sob a arquitetura proposta em *Ser e Tempo*. Isso, contudo, não significa que a questão do Ser, bem como as questões levantadas em *Ser e Tempo* acerca da fundamentação das ciências modernas, tenham perdido a relevância ou tenham sido, enquanto questões, preteridas pelo filósofo. Trata-se, não obstante, de reconhecer que, se o Ser é inacessível a toda ontologia que se desenvolva sob o modo de determinação conceitual típica da lógica tradicional, o que inclui a determinação do(s) ente(s) enquanto objeto(s) da(s) ciência(s) moderna(s), está destruída, por extensão, a legitimidade de se desenvolver ontologias regionais no seio mesmo das ciências particulares. Por essa razão, também, a determinação social do ser do espaço e do Ser, enquanto tal, levada a termo no âmbito da teoria geral da geografia, não deve ser considerado como um problema restrito a uma disciplina particular. A limitação da reflexão ontológica que perpassa o seio das ciências modernas corresponde a um fenômeno muito mais amplo, que envolve - em última instância - um problema de âmbito civilizatório, a saber: o modo dominante de representação do real que sustentou a realização histórico-ontológica da civilização ocidental européia. Heidegger designa tal fenômeno como Metafísica – entendida, evidentemente, não como uma disciplina da filosofia, mas como o processo realização histórica do esquecimento do Ser em favor do ente, esquecimento este que perpassa e sustenta, num processo histórico milenar, a realização do mundo ocidental. Sua origem remete à eclosão do pensamento filosófico que originou o “mundo grego”. A ciência moderna bem como a técnica moderna são decorrências históricas fundamentais da Metafísica enquanto consumação do processo histórico do esquecimento do Ser a favor dos entes<sup>5</sup>. É também como conseqüência do

esquecimento metafísico do Ser que se consolida a transformação do homem em sujeito e do mundo em objeto, necessária a constituição do mundo e do conhecimento científico modernos. O cogito ergo sum do pensamento cartesiano representa a fundação filosófica originária da modernidade e, por extensão, a instauração da relação sujeito-objeto como condição privilegiada – senão unívoca - através da qual o conhecimento científico irá dispor (colocar) o real como função da subjetividade moderna (DUBOIS, 2005, p. 134-135).

Nesse sentido o “esquecimento” do Ser e, por conseguinte, do sentido da diferença ontológica no âmbito da fundamentação teórica das ciências modernas não configura uma “lacuna” ocasional. A rigor a ciência moderna é, em seu estado “normal”, o lócus por excelência de realização da metafísica, no sentido do processo histórico-civilizatório acima indicado e, enquanto tal constitui a matriz de elaboração do esquecimento do Ser, uma fonte de representação do real que promove este esquecimento. Ora, a diferença ontológica não pode ser assimilada sem o contra-ponto entre ser e ente! Daí a dificuldade de se desenvolver, no seio das ciências modernas, uma abordagem ontológica cuja radicalidade contemple de modo suficiente o sentido do ser dos entes que integram a diversidade dos objetos da pesquisa científica a partir da diferença ontológica. A determinação onto-sócio-lógica do espaço na teoria geográfica, considerada na primeira parte do texto, é, em grande parte, conseqüência deste enquadramento da ciência moderna em relação à proveniência historial do esquecimento do Ser. Dessa forma, no caso da geografia, a determinação social do ser do espaço representa uma limitação à ontologia na geografia, antes do mais, por fornecer uma abordagem (e resolução) ôntica(s) a um questionamento ontológico, a saber: “o que é o espaço?” Isso já é uma decorrência da ontologia do espaço na geografia não contemplar o sentido da diferença ontológica e, assim, permanecer ao modo do esquecimento do Ser. O sentido do Ser permanece inacessível à ontologia do espaço na geografia. Impera, por conseguinte, no âmbito da ontologia em geografia, uma concepção de espaço (homem, natureza, enfim, de todos os

[5] Consulte-se a esse respeito, dentre tantas obras de Heidegger, *Introdução à Metafísica*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1969.

entes investigados por essa disciplina) típica da Metafísica. Sobre o assunto na geografia ver MOREIRA (1998, p. 341).

O cogito ergo sum do pensamento cartesiano representa a fundação filosófica originária da modernidade e, por extensão, a instauração da relação sujeito-objeto como condição privilegiada – senão unívoca - através da qual o conhecimento científico irá dispor (colocar) o real como função da subjetividade moderna. Na reflexão “onto-socio-lógica” do espaço da geografia se dá, de forma explícita, a exasperação metafísica do projeto ontológico cartesiano típico da ciência moderna em geral, que condiciona a equivalência entre verdade e subjetividade moderna, obstáculo que a dialética marxista não pode superar, porquanto fundamentalmente tributária da concepção de homem enquanto sujeito da história. Há que se ter em conta, nesse sentido, que a

*“(...) verdade própria à pesquisa científica [moderna] é a certeza; a pesquisa visa se assegurar de seu objeto; tem em mira a certeza quanto ao objeto. [...]. O quê pode ser o fundamento de tal projeto de objetividade? Manifestadamente, nada além do que o próprio projeto tal qual se dá a representar o ente como objeto, isto é, o próprio sujeito dessa representação, co-posto no fundamento de toda posição de objeto, assegurando-se ele mesmo em sua própria certeza. Esse sujeito insigne, a partir do qual o ente em totalidade toma forma de objeto, é o próprio homem como sujeito da representação, levado a se assegurar de si mesmo e de seu mundo – de objetos. Representar significa: colocar diante de si o ente de tal modo que ele não seja senão desse modo, reunido na totalidade de sua constância calculável, a partir de um sujeito que está no fundamento da representação como certeza de si, co-posto ao fundamento de toda representação. [...]. Ser significa [ no âmbito das ciências modernas]: condição de possibilidade de objeto. Mas, por sua vez, essa condição não se auto-asse-*

*gura dela mesma senão na certeza do sujeito da representação, pensando-se ele mesmo e assim colocando-se como fundamento de toda objetividade. Ser quer dizer: subjetividade. (...). Ser só é aqui na forma unilateral da representação, que estende seu reino até o seio do ente, ao mesmo tempo em que o ‘homem’, sob a figura do sujeito da representação, coloca-se no centro do ente. Isso a que remete, portanto, a ciência moderna, é a determinação do sentido do ser como subjetividade representante, todo ente só adquirindo sua constância objetiva a partir do representar próprio ao sujeito (Descartes). (DUBOIS, 2005, p. 134-135).*

Assim, sob o cânon do conhecimento científico moderno estabelecido sob a relação sujeito x objeto enquanto condição de possibilidade de sua efetivação, o Ser dos próprios entes - convertidos em objetos da pesquisa científica – torna-se inacessível às ciências modernas na exata medida em que ele é inacessível ao modelo de representação lógico-conceitual, do qual as ciências modernas são, em sua essência, tributárias. De acordo com o autor supracitado, o Ser dos entes se tornou incontornável e inacessível às ciências,

*“...não porque elas não seriam tributárias de uma fundação ontológica de seus objetos, mas justamente porque elas se mantêm no círculo auto-instituinte e auto-assegurador da objetividade, como única possibilidade de manifestação do ente. (...) A objetividade é somente um modo de presença (de ser), historicamente determinado, do ente. Compreender isto é já se manter num regime outro do pensamento, para o qual a dominação unilateral dessa figura do ser torna-se uma questão. Uma questão, e não o motivo de uma recusa, como se a figura risível de um pensamento que se colocasse ‘contra a ciência’ pudesse ter o mínimo de sentido. Mas então, trata-se de preservar, e de exercer, um pensamento outro que não o pensamento calculante-objeti-*

vante, precisamente aquela que Heidegger denomina de pensamento meditante (DUBOIS, 2005, p. 136).

Para corresponder a este apelo torna-se necessário ao pensamento teórico de cunho ontológico desenvolver uma perspectiva de problematização do Ser alternativa à representação lógica, o que implica redefinir a própria tarefa do pensamento. De acordo com DUBOIS (2005, p. 121) tem-se em foco a virada a partir da qual o pensamento de Heidegger torna-se, fundamentalmente, uma “meditação histórica” que problematiza a inquestionabilidade da objetividade como condição unívoca do conhecimento científico moderno se efetivar. No bojo desta meditação “as ciências são retomadas a partir da história do ser, essencialmente na figura de sua instauração moderna”, redimensionando a questão do Ser, reconduzindo-a a sua proveniência historial originária, o que irá trazer à tona a questão terminal do pensamento de Heidegger, qual seja, a questão pela essência da técnica. Nesses termos,

*“... a tarefa do pensamento não é mais de fundação, ele deve tentar questionar essa estranha inquestionabilidade. Ele não pode fazê-lo, no que o concerne, senão ao lado das ciências, e sem jamais pretender dominá-las”(...)*

*Questionar este triunfo [inquestionável da ciência] é colocar a pergunta pela origem da razão, que remonta ainda mais longe do que a determinação do momento cartesiano, na história do ser: trata-se da interrogação da essência da técnica”(DUBOIS, 2005, p. 135)*

Na reflexão “onto-socio-lógica” do espaço da geografia se dá, de forma explícita, a exasperação metafísica do projeto ontológico cartesiano típico da ciência moderna em geral, que condiciona a equivalência entre verdade e subjetividade moderna, obstáculo que a dialética marxista não pode superar, porquanto fundamentalmente tributária da concepção de homem enquanto sujeito da história.

Para corresponder a este apelo torna-se necessário ao pensamento teórico de cunho ontológico desenvolver uma perspectiva de problematização do Ser alternativa à representação lógica, o que não significa, note-se, orientar-se no sentido do “ilógico”, mas redefinir a própria tarefa do pensamento ontológico. De acordo com DUBOIS (2005, p. 121) importa, sobretudo, problematizar a inquestionabilidade da objetividade como condição unívoca do conhecimento científico moderno se efetivar. No bojo desta tarefa de pensamento “as ciências são retomadas a partir da história do ser, essencialmente na figura de sua instauração moderna”, redimensionando a questão do Ser, reconduzindo-a a sua proveniência historial originária, o que irá trazer à tona a questão terminal do pensamento de Heidegger, qual seja, a questão pela essência da técnica (DUBOIS, 2005, p. 135).

### III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto trouxe à tona o tema da ontologia do espaço na geografia e propôs problematizá-lo, basicamente, no contexto do movimento de renovação crítica da geografia.

A partir da explicitação da determinação social do espaço como modo privilegiado de fundamentação ontológica do espaço no bojo da renovação crítica da geografia, foi sublinhando a principal lacuna que, sugere-se, carece ser problematizada de acordo com a radicalidade que lhe é própria, sob pena de restringir, senão obliterar, o avanço da reflexão ontológica na teoria da geografia: trata-se da necessidade de contemplar o sentido da diferença ontológica no exercício teórico de fundamentação da ontologia do espaço na geografia.

Trazer à tona o desafio da assimilação da diferença ontológica na ontologia do espaço da geografia traduz-se, conforme observado, no desafio de assimilar a contribuição distintiva que o pensamento de Martin Heidegger representa sobre o tema. No décimo capítulo de Por Uma Geografia Nova, intitulado Uma Tentativa de Definição de Espaço, Milton Santos ressalta, diante da árdua tarefa de determinação teórica do espaço geográfico, a necessidade de

considerar a definição do espaço sob uma dupla acepção: por um lado enquanto categoria histórica (dotada de universalidade relativa) e categoria universal (imaneente). Ambas as acepções são indispensáveis ao esforço de definição do espaço, não sendo, portanto, mutuamente excludentes, mas, ao contrário, fortemente inter-relacionadas. A transformação da acepção do espaço como categoria histórica é fruto, fundamentalmente, da transformação do conteúdo histórico do objeto assim considerado. Além disso, mesmo a acepção do espaço enquanto categoria universal não é imutável, pois sua definição variará em função dos avanços filosóficos e científicos. É em relação a esta última característica do exercício teórico de definição do espaço que deve ser dimensionada a relevância da assimilação da diferença ontológica, leia-se, do pensamento de Heidegger, para a tarefa de fundamentação ontológica da teoria da geografia.

Não obstante, a ausência do sentido da diferença ontológica permanece uma lacuna aberta no debate teórico dessa disciplina, em grande medida como consequência do caráter insidioso da determinação social do ser do espaço enquanto perfil dominante da ontologia em geografia – fechada à auto-reflexão de seu fundamento. A determinação social do ser do espaço constitui, mesmo, um ciclo auto-instituinte de fundamentação que, na bibliografia corrente, não possibilita, nos termos com os quais é estabelecido, abertura para liberar outras possibilidades de elaboração ontológica acerca do ser do espaço e redimensionar essa temática na teoria da geografia. Redimensionar não significaria, evidentemente, desconsiderar a magnitude e a importância da noção de produção social do espaço, tal como tem sido usualmente empregada na teoria geral da geografia, mas radicalizá-la sob uma perspectiva alternativa, que contém fontes de reflexões alternativas e pouco desenvolvidas acerca da natureza do espaço na geografia.

Nesse sentido é importante assinalar as possibilidades que o diálogo entre Milton Santos e Heidegger acerca da questão da técnica pode oferecer, na medida em que, em ambos a técnica passa a ser problematizada sob uma

perspectiva ontológica, ainda que deva ser resguardada a diferença de escopo da abordagem: enquanto em Milton SANTOS (1996) a técnica é elevada à condição de elemento fundamental à ontologia do espaço, em HEIDEGGER (2002) a questão da técnica assinala uma alternativa de elaboração não-metafísica de pensar (o Ser). Tal como sublinhou CRAIA (2003, p.73), no pensamento tardio de Heidegger a “questão da técnica é, de algum modo, a questão que interroga o sentido do Ser. Assim, trata-se da questão fundamental de Heidegger – do sentido do Ser – transformada na própria questão da técnica”. Assim, no pensamento deste filósofo, “a questão da técnica só encontra seu sentido sobre o fundo do questionamento do Ser”. (CRAIA, 2003, p.73). As possibilidades que o diálogo entre, por um lado, o pensamento do filósofo sobre a essência da técnica e, por outro lado, a proposta do geógrafo de formular a ontologia do espaço a partir da noção de técnica, constituem, contudo, alvitre para um diálogo vindouro.

#### IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANC, M. de Faria. **Estudos Sobre o Ser**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. 339 p.

CRAIA, E. C. P. Gilles Deleuze e a Questão da Técnica. 2003. **Tese de Doutorado**. Campinas: UNICAMP. 356p.

DUBOIS, C. **Heidegger. Introdução a uma leitura**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005. 244 p.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980 [1973]. 291p.

HEIDEGGER, M. A “Questão da Técnica”. in: **Ensaio e Conferências**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002[1954]. 269p. p.11 – 38.

\_\_\_\_\_. Para quê poetas? In: **Camí-nhos da Floresta**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002[1977]. 453p. p.307-367.

\_\_\_\_\_. Ser e Tempo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. 2v.

*Ontologia do espaço e movimento de renovação crítica da geografia: O desafio da diferença ontológica*

LOPARIC, Z. **Heidegger Réu (um ensaio sobre a periculosidade da filosofia)**. São Paulo: Editora Papirus, 1990. 254p.

LUKÁCS, G. A **Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979a. 174p.

MARTINS, E. R. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, no 21, pp. 33 – 51, 2007.

MORAES, A. C. R. “Em Busca da Ontologia do Espaço”. In: Moreira, R. (org.) **Geografia: Teoria e Crítica**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1982. 236p. p.65-74.

MOREIRA, R. Realidade e Metafísica nas Estruturas Geográficas Contemporâneas, in: **Redescobrimo o Brasil 500 Anos Depois**. P. 341 – 360, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. A Diferença e a Geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia. **GEOgraphia**. Niterói: PPGeo-UFF. Ano I, no. 1.,1999.

\_\_\_\_\_. Marxismo e geografia: a geofiticidade e o diálogo das ontologias. **GE-Ographia**. Niterói: PPGeo-UFF, Ano VI, no. 11, p.21-37, 2004b

\_\_\_\_\_. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Editora Contexto, 2006. 191p.

\_\_\_\_\_. “O Espaço e o contra-espço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa”. In: **Território, territórios (ensaios sobre o ordenamento territorial)**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007a[2002].

\_\_\_\_\_. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2007b. 188p.

RÉE, J. Heidegger. São Paulo: Editora Unesp, 1999. 64p.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308p.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988. 124p.

SILVA, Armando Corrêa da. “O Espaço como Ser: uma auto-avaliação crítica”. In: **Geografia: Teoria e Crítica**. Moreira, R. (org). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982. 236p. p.75-92.

\_\_\_\_\_. “As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico”. In: **Seminário “Filosofia e Geografia”**. Rio de Janeiro: AGB-Rio, 1983.

\_\_\_\_\_. **De Quem é o Pedaco? Espaço e Cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1985, 162p.

SOJA, E. W. Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993, 324p.

Resumo: O artigo aborda a ontologia do espaço como tema da teoria da geografia no contexto do movimento de renovação crítica que esta ciência conheceu a partir da década de 1970. Para tanto ele problematiza o significado da determinação social do espaço geográfico enquanto modo dominante da ontologia do espaço na geografia, submetendo a perspectiva em tela à noção de diferença ontológica, enquanto atributo inerente à peculiaridade do modo de investigação ontológico.

Palavras-chave: ontologia do espaço; renovação crítica da geografia.

Abstract: The article approaches the space's ontology as geography's theory subject in geography's critical renewal movement that this science knew since 70's decade. To do so will be questioned, the meaning of space's social determination as the dominant perspective of the ontology of space in the geographical theory, submitting to this bias to the notion of ontological difference, while fundamental attribute of ontological research.

Key-words: space ontology; geography's critical renewal movement.